



1 Às nove horas do dia quatro de maio de dois mil e dezessete, na sede do Tribunal de Contas dos
2 Municípios do Estado do Pará, na Sala das Sessões, Auditório "Governador Alacid da Silva Nunes",
3 sob a Presidência da Conselheira **MARA LÚCIA**; presentes os Conselheiros, **ALOISIO CHAVES**,
4 **JOSÉ CARLOS ARAÚJO**, **CEZAR COLARES** e **ANTÔNIO JOSÉ GUIMARÃES**; Conselheira
5 Substituta **ADRIANA OLIVEIRA**, nos termos das Portarias nº's 0539/17; e o Conselheiro
6 Substituto **SÉRGIO DANTAS**, nos termos da Resolução Administrativa nº 007/2017; Ausências
7 justificadas dos Conselheiros, **DANIEL LAVAREDA** e **SÉRGIO LEÃO**; presença da Procuradora
8 Geral do Ministério Público de Contas dos Municípios do Estado do Pará, **MARIA INEZ**
9 **GUEIROS**; reuniu-se o Egrégio Colegiado do Tribunal de Contas dos Municípios do Estado do
10 Pará, em Sessão Ordinária realizada nos termos do Artigo 24 do Regimento Interno desta Corte.
11 Em seguida, a Presidência deu início a Sessão, momento em que assim se manifestou: "*havendo*
12 *quorum, declaro aberta a presente Sessão. Inspirai, Senhor, nossos atos neste Plenário, para que*
13 *possamos decidir sempre com justiça, equilíbrio e sabedoria*". Houve votação e aprovação das Atas das
14 Sessões nº's 21 e 22/2017 Em sequência, apresentada a **PAUTA DE JULGAMENTOS**, momento
15 em que foram anunciados os processos: **Processo nº 201604808-00; Prefeitura Municipal**
16 **de Inhangapi; Juízo de Admissibilidade – 2011; Recurso Ordinário Contra a Decisão da**
17 **Resolução Nº 11.384, de 11.02.14; Responsável: José Alves Feitosa Oliveira; Instrução: Diretoria**
18 **Jurídica; Relator: Conselheiro Daniel Lavareda; Advogado/Contador: Mailton M. Silva Ferreira**
19 **OAB/PA 9.206; Publicado no DOE nº 85, de 28.04.2017.** Retirado de Pauta. **Processo nº**
20 **1140012008-00; Prefeitura Municipal de Goianésia do Pará; Prestação de Contas –**
21 **2008; Contas Anuais de Governo; Responsável: Itamar Cardoso do Nascimento; Instrução: 2ª**
22 **Controladoria; Ministério Público: Procuradora Maria Inez Gueiros; Relator: Conselheiro Cezar**
23 **Colares; Publicado no DOE nº 85, de 28.04.2017.** Cumprindo dispositivo regimental, o
24 Ministério Público ratificou seu posicionamento dos autos e manifestou-se pela emissão de
25 parecer prévio pela irregularidade das contas. A matéria foi colocada **em discussão**. O
26 Conselheiro Relator proferiu seu voto. O plenário, **à unanimidade** decidiu pela emissão de
27 parecer prévio pela irregularidade das contas. (Resolução nº 13.051). Ausência, por ocasião da
28 votação, do Conselheiro Antonio José Guimarães. Presidência da Conselheira Mara Lúcia.
29 **Processo nº 1140012008-00; Prefeitura Municipal de Goianésia do Pará; Prestação de**
30 **Contas – 2008; Contas Anuais de Gestão; Responsável: Itamar Cardoso do Nascimento;**
31 **Instrução; 2ª Controladoria; Ministério Público: Procuradora Maria Inez Gueiros; Relator:**
32 **Conselheiro Cezar Colares; Publicado no DOE nº 85, de 28.04.2017.** Cumprindo dispositivo
33 regimental, o Ministério Público ratificou seu posicionamento dos autos e manifestou-se pela
34 irregularidade das contas, com recolhimentos, e encaminhamento de cópia dos autos ao
35 Ministério Público Estadual. A matéria foi colocada **em discussão**. O Conselheiro Relator proferiu
36 seu **VOTO**. A Presidência proclamou a **Decisão**: O Plenário, **à unanimidade**, decidiu pela
37 irregularidade das contas com recolhimentos, e encaminhamento de cópia dos autos ao Ministério
38 Público Estadual. **Por maioria**: aplicação de multas (Acórdão nº 30.496). Ausência, por ocasião
39 da votação, do Conselheiro Antônio José Guimarães. Presidência da Conselheira Mara Lúcia.



40 Vencida Conselheira Mara Lúcia quanto a exclusão das multas aplicadas. **Processo nº**
41 **410012007-00; Prefeitura Municipal de Magalhães Barata; Prestação de Contas –**
42 **2007; Contas Anuais; Responsável: Raimundo Faro Bittencourt; Instrução: 6ª Controladoria;**
43 **Ministério Público: Procuradora Maria Inez Gueiros; Relator: Conselheira Substituta Adriana**
44 **Oliveira (Relator Originário Conselheiro Aloisio Chaves); Advogado/Contador: Paulo Roberto**
45 **Santos; Publicado no DOE nº 85, de 28.04.2017.** Cumprindo dispositivo regimental, o
46 Ministério Público ratificou seu posicionamento dos autos e manifestou-se pela emissão de
47 parecer prévio pela irregularidade das contas, com recolhimentos, aplicação de multas, e
48 encaminhamento de cópias dos autos ao Ministério Público Estadual. A matéria foi colocada **em**
49 **discussão.** A Conselheira Relatora proferiu seu voto. O plenário, **à unanimidade** decidiu pela
50 emissão de parecer prévio pela irregularidade das contas, com recolhimentos, encaminhamento
51 de cópia dos autos ao Ministério Público Estadual, bem como determinar medida acautelatória,
52 com fundamento no art. 95, §4º,c/c 96, inciso I, da Lei Complementar nº 109/2016. **Por**
53 **maioria:** aplicação de multas (Resolução nº 13.052). Ausência, por ocasião da votação, do
54 Conselheiro José Antônio Guimarães. Presidência da Conselheira Mara Lúcia. **Processo nº**
55 **940022011-00; Câmara Municipal de Mãe do Rio; Prestação de Contas – 2011; Contas**
56 **Anuais de Gestão; Responsável: Antônio Do Carmo Araújo Nunes; Instrução: 7ª Controladoria /**
57 **TCM-PA; Ministério Público: Procuradora Elisabeth Salame da Silva; Relator: Conselheiro José**
58 **Carlos Araújo; Publicado no DOE nº 85, de 28.04.2017.** Cumprindo dispositivo regimental, o
59 Ministério Público ratificou seu posicionamento dos autos e manifestou-se pela irregularidade das
60 contas. A matéria foi colocada **em discussão.** O Conselheiro Relator proferiu seu **VOTO.** A
61 Presidência proclamou a **Decisão:** O Plenário, **à unanimidade,** decidiu pela regularidade das
62 contas com ressalvas, e aplicação de multas. (Acórdão nº 30.498). Ausência, por ocasião da
63 votação, do Conselheiro Antônio José Guimarães. Presidência da Conselheira Mara Lúcia.
64 **Processo nº 632102013-00; Secretaria Municipal de Agricultura e Pecuária de Rio**
65 **Maria; Prestação de Contas – 2013; Contas Anuais de Gestão; Responsável: Euripedes**
66 **Moreira Bessa (01/01 a 30/04), Walter José da Silva (01/05 a 30/06) e Marcilio de Moura**
67 **Machado (01/07 a 31/12); Instrução: 7ª Controladoria; Ministério Público: Procuradora Maria Inez**
68 **Gueiros; Relator: Conselheiro Jose Carlos Araujo; Advogado/Contador: Marcelo Alves dos Santos -**
69 **Contador - CRC/PA 011770/O-0; Publicado no DOE nº 85, de 28.04.2017.** Retirado de Pauta.
70 **Processo nº 632112013-00; Secretaria Municipal de Meio Ambiente de Rio Maria;**
71 **Prestação de Contas – 2013; Contas Anuais de Gestão; Responsável: Edimilson Batista Alves;**
72 **Instrução: 7ª Controladoria; Ministério Público: Procuradora Elisabeth Salame da Silva; Relator:**
73 **Conselheiro José Carlos Araújo; Advogado/Contador: Marcelo Alves dos Santos - Contador - CRC**
74 **PA011770/O-0; Publicado no DOE nº 85, de 28.04.2017.** Retirado de Pauta. **Processo nº**
75 **583912012-00; Fundo Municipal De Educação / FUNDEB de Portel; Prestação de**
76 **Contas – 2012; Contas Anuais de Gestão; Responsável: Rosângela Maria de Souza Fialho;**
77 **Instrução: 2ª Controladoria; Ministério Público: Procuradora Geral Maria Regina Cunha; Relator:**
78 **Conselheiro Cezar Colares; Advogado/Contador: Anfrisio Augusto Nery da C. Nunes; Publicado**



79 **no DOE nº 85, de 28.04.2017.** Cumprindo dispositivo regimental, o Ministério Público ratificou
80 seu posicionamento dos autos e manifestou-se pela irregularidade das contas, com
81 recolhimentos, aplicação de multas e o encaminhamento de cópia dos autos ao Ministério Público
82 Estadual. A matéria foi colocada **em discussão**. O Conselheiro Relator proferiu seu **VOTO**. A
83 Presidência proclamou a **Decisão**: O Plenário, **à unanimidade**, decidiu pela irregularidade das
84 contas, com recolhimentos, aplicação de multas e o encaminhamento de cópia dos autos ao
85 Ministério Público Estadual (Acórdão nº 30.499). Ausência, por ocasião da votação, do
86 Conselheiro Antônio José Guimarães. Presidência da Conselheira Mara Lúcia. **Processo nº**
87 **364082013-00; Fundo Municipal de Educação de Itaituba; Prestação de Contas –**
88 **2013; Contas Anuais de Gestão; Responsável: Ana Paula da Silva Santos; Instrução: 2ª**
89 **Controladoria; Ministério Público: Procuradora Geral Maria Regina Cunha; Relator: Conselheiro**
90 **Cezar Colares; Advogado/Contador: Anfrísio Augusto Nery da C. Nunes; Publicado no DOE nº**
91 **85, de 28.04.2017.** Cumprindo dispositivo regimental, o Ministério Público ratificou seu
92 posicionamento dos autos e manifestou-se pela irregularidade das contas. A matéria foi colocada
93 **em discussão**. O Conselheiro Relator proferiu seu **VOTO**. A Presidência proclamou a **Decisão**:
94 O Plenário, **à unanimidade**, decidiu pela regularidade das contas, com ressalvas. (Acórdão nº
95 30.500). Ausência, por ocasião da votação, do Conselheiro Antônio José Guimarães. Presidência
96 da Conselheira Mara Lúcia. **Processo nº 414102013-00; FUNDEB de Magalhães Barata;**
97 **Prestação de Contas – 2013; Contas Anuais de Gestão; Responsável: Dina Carla Costa**
98 **Bandeira; Instrução: 2ª Controladoria; Ministério Público: Procuradora Geral Maria Regina Cunha;**
99 **Relator: Conselheiro Cezar Colares; Publicado no DOE nº 85, de 28.04.2017.** Cumprindo
100 dispositivo regimental, o Ministério Público ratificou seu posicionamento dos autos e manifestou-
101 se pela irregularidade das contas. A matéria foi colocada **em discussão**. O Conselheiro Relator
102 proferiu seu **VOTO**. A Presidência proclamou a **Decisão**: O Plenário, **à unanimidade**, decidiu
103 pela regularidade das contas, com ressalvas, e aplicação de multas (Acórdão nº 30.501).
104 Ausência, por ocasião da votação, do Conselheiro Antônio José Guimarães. Presidência da
105 Conselheira Mara Lúcia. **Processo nº 452112011-00; Fundo Municipal de Saúde de**
106 **Melgaço; Prestação de Contas – 2011; Contas Anuais de Gestão; Responsável: Kátia Áurea**
107 **Penalber Polimanti (01/01 a 31/01) e Ivonete Do Socorro Ribeiro Da Silva (01/02 a 31/12);**
108 **Instrução: 2ª Controladoria; Ministério Público: Procuradora Maria Inez Gueiros; Relator:**
109 **Conselheiro Cezar Colares; Advogado/Contador: William Farias da Costa - CRC 10446/PA;**
110 **Publicado no DOE nº 85, de 28.04.2017.** Cumprindo dispositivo regimental, o Ministério
111 Público ratificou seu posicionamento dos autos e manifestou-se pela irregularidade das contas. A
112 matéria foi colocada **em discussão**. O Conselheiro Relator proferiu seu **VOTO**. A Presidência
113 proclamou a **Decisão**: O Plenário, **à unanimidade**, decidiu pela regularidade das contas, com
114 ressalvas, aplicação de multas, de responsabilidade da Sra. Kátia Áurea Penalber Polimanti; e pela
115 irregularidade das contas, com recolhimentos, aplicação de multas e ciência ao Legislativo
116 Municipal de responsabilidade da Sra. Ivonete do Socorro Ribeiro da Silva. (Acórdão nº 30.502).
117 Ausência, por ocasião da votação, do Conselheiro Antônio José Guimarães. Presidência da



118 Conselheira Mara Lúcia. **Processo nº 134142011-00; Fundo Municipal de Saúde de**
119 **Barcarena; Prestação de Contas – 2011;** Contas Anuais de Gestão; Responsável: Carlos
120 Alberto P. da Silva (01/01 a 31/08) e Eugênia Janis C. Teles (01/09 a 31/12); Instrução: 2ª
121 Controladoria; Ministério Público: Procuradora Maria Inez Gueiros; Relator: Conselheiro Cezar
122 Colares; Advogado/Contador: Alan Nazareno Pantoja dos Santos; **Publicado no DOE nº 85, de**
123 **28.04.2017.** Cumprindo dispositivo regimental, o Ministério Público ratificou seu posicionamento
124 dos autos e manifestou-se pela irregularidade das contas. A matéria foi colocada **em discussão.**
125 O Conselheiro Relator proferiu seu **VOTO.** A Presidência proclamou a **Decisão:** O Plenário, **à**
126 **unanimidade,** decidiu pela irregularidade das contas, com recolhimentos, aplicação de multas,
127 cópias dos autos ao Ministério Público Estadual, ciência ao Legislativo Municipal, para ambos
128 Ordenadores; e quanto ao Sr. Carlos Alberto P. Da Silva, determinar a indisponibilidade dos bens
129 do Ordenador nos termos do inciso I, do Art. 145 do RI/TCM-PA (Acórdão nº 30.503). Ausência,
130 por ocasião da votação, do Conselheiro Antônio José Guimarães. Presidência da Conselheira Mara
131 Lúcia. **Processo nº 201100082-00; Fundo Municipal de Assistência Social de Gurupá;**
132 **Nomeação – 2010;** Registro de Portaria de Nomeação no Concurso Público Nº 01/2010;
133 Interessado: Raimundo Nogueira Monteiro dos Santos; Ministério Público: Procuradora Maria Inez
134 Gueiros; Relator: Conselheiro Cezar Colares; **Publicado no DOE nº 85, de 28.04.2017.**
135 Cumprindo dispositivo regimental, o Ministério Público ratificou seu posicionamento dos autos e
136 manifestou-se pela negativa de registro do Ato. A matéria foi colocada **em discussão.** O
137 Conselheiro Relator proferiu seu **VOTO.** A Presidência proclamou a **Decisão:** O Plenário, **à**
138 **unanimidade,** decidiu pela negativa do registro do Ato (Acórdão nº 30.505). Ausência, por
139 ocasião da votação, do Conselheiro Antônio José Guimarães. Presidência da Conselheira Mara
140 Lúcia. **Processo nº 334052012-00; Fundo Municipal de Assistência Social de Igarapé-**
141 **Miri; Prestação de Contas – 2012;** Contas Anuais de Gestão; Responsável: Roberto Pina
142 Oliveira; Instrução: 2ª Controladoria; Ministério Público: Procuradora Elisabeth Salame da Silva;
143 Relator: Conselheiro Cezar Colares; Advogado/Contador: Fábio Pantoja de Souza; **Publicado no**
144 **DOE nº 85, de 28.04.2017.** Cumprindo dispositivo regimental, o Ministério Público ratificou seu
145 posicionamento dos autos e manifestou-se pela regularidade das contas, com ressalvas. A
146 matéria foi colocada **em discussão.** O Conselheiro Relator proferiu seu **VOTO.** A Presidência
147 proclamou a **Decisão:** O Plenário, **à unanimidade,** decidiu pela regularidade das contas, com
148 ressalvas (Acórdão nº 30.506). Ausência, por ocasião da votação, do Conselheiro Antônio José
149 Guimarães. Presidência da Conselheira Mara Lúcia. **Processo nº 53992004-00; FUNDEF de**
150 **Almeirim; Prestação de Contas – 2004;** Contas Anuais de Gestão; Responsável: Norivaldo
151 Viana da Silva; Instrução: 2ª Controladoria; Ministério Público: Procuradora Elisabeth Salame da
152 Silva; Relator: Conselheiro Cezar Colares; Advogado/Contador: Julião Neves da Rocha Júnior;
153 **Publicado no DOE nº 85, de 28.04.2017.** Cumprindo dispositivo regimental, o Ministério
154 Público ratificou seu posicionamento dos autos e manifestou-se pela regularidade das contas. A
155 matéria foi colocada **em discussão.** O Conselheiro Relator proferiu seu **VOTO.** A Presidência
156 proclamou a **Decisão:** O Plenário, **à unanimidade,** decidiu pela regularidade das contas, com



ressalvas e aplicação de multas (Acórdão nº 30.507). Ausência, por ocasião da votação, do Conselheiro Antônio José Guimarães. Presidência da Conselheira Mara Lúcia. **Processo nº 140122010-00; Secretaria Municipal de Saneamento - SESAN de Belém; Prestação de Contas – 2010;** Contas Anuais de Gestão; Responsável: Donatila do Pilar Costa Nogueira; Instrução: 2ª Controladoria; Ministério Público: Procuradora Elisabeth Salame da Silva; Relator: Conselheiro Cezar Colares; Advogado/Contadora: Erondina Maria de M. dos Santos - CRC/PA 011448/0-3; **Publicado no DOE nº 85, de 28.04.2017.** Cumprindo dispositivo regimental, o Ministério Público retificou seu posicionamento dos autos e manifestou-se pela irregularidade das contas. A matéria foi colocada **em discussão**. O Conselheiro Relator proferiu seu **VOTO**. O plenário, **à unanimidade** decidiu pela regularidade das contas, com ressalvas e aplicação de multas (Acórdão nº 30.508). Ausência, por ocasião de votação, dos Conselheiros Antonio José Guimarães e José Carlos Araújo. Presidência da Conselheira Mara Lúcia. **Processo nº 210042012-00; Serviço Autônomo de Água e Esgoto de Cametá; Prestação de Contas – 2012;** Contas Anuais de Gestão; Responsável: Loucelino de Pinho Gonçalves; Instrução: 2ª Controladoria; Ministério Público: Procuradora Elisabeth Salame da Silva; Relator: Conselheiro Cezar Colares; Advogado/Contadora: Norma Campos; **Publicado no DOE nº 85, de 28.04.2017.** Cumprindo dispositivo regimental, o Ministério Público ratificou seu posicionamento dos autos e manifestou-se pela aprovação, das contas. A matéria foi colocada **em discussão**. O Conselheiro Relator proferiu seu **VOTO**. A Presidência proclamou a **Decisão**: O Plenário, **à unanimidade**, decidiu pela aprovação, das contas, com emissão do respectivo Alvará de Quitação. (Acórdão nº 30.509). Ausências, por ocasião da votação, dos Conselheiros Antonio José Guimarães e José Carlos Araújo. Presidência da Conselheira Mara Lúcia. **Processo nº 140152010-00; Companhia de Desenvolvimento e ADM da Área Metropolitana - CODEM de Belém; Prestação de Contas – 2010;** Contas Anuais de Gestão; Responsável: Sylvia Christina de Oliveira Santos; Instrução: 2ª Controladoria; Ministério Público: Procuradora Geral Maria Regina Cunha; Relator: Conselheiro Cezar Colares; Advogado/Contadora: Haidée Fernandes da Silva - CRC/PA – 2.432; **Publicado no DOE nº 85, de 28.04.2017.** Cumprindo dispositivo regimental, o Ministério Público ratificou seu posicionamento dos autos e manifestou-se pela regularidade das contas. A matéria foi colocada **em discussão**. O Conselheiro Relator proferiu seu **VOTO**. A Presidência proclamou a **Decisão**: O Plenário, **à unanimidade**, decidiu pela regularidade das contas, com a emissão do Alvará de Quitação (Acórdão nº 30.510). Ausências, por ocasião da votação, dos Conselheiros Antonio José Guimarães e José Carlos Araújo. Presidência da Conselheira Mara Lúcia. **Processo nº 360022011-00; Câmara Municipal de Itaituba; Prestação de Contas – 2011;** Contas Anuais de Gestão; Responsável: João Bastos Rodrigues; Instrução: 1ª Controladoria; Ministério Público: Procuradora Elisabeth Salame da Silva; Relator: Conselheiro Sérgio Leão; **Publicado no DOE nº 85, de 28.04.2017.** Cumprindo dispositivo regimental, o Ministério Público ratificou seu posicionamento dos autos e manifestou-se pela irregularidade das contas e o encaminhamento de cópia dos autos ao Ministério Público Estadual. A matéria foi colocada **em discussão**. O Conselheiro



196 Relator proferiu seu **VOTO**. A Presidência proclamou a **Decisão**: O Plenário, **à unanimidade**,
197 decidiu pela regularidade das contas, com ressalvas. **Por maioria**: aplicação de multas (Acórdão
198 nº30.511). Ausências, por ocasião da votação, dos Conselheiros Antonio José Guimarães e José
199 Carlos Araújo. Presidência da Conselheira Mara Lúcia. Vencida a Conselheira Mara Lúcia quanto a
200 exclusão das multas aplicadas. **Processo nº 470022013-00; Câmara Municipal de Moju;**
201 **Prestação de Contas – 2013;** Contas Anuais de Gestão; Responsável: Durval Pantoja da
202 Rocha; Instrução: 1ª Controladoria; Ministério Público: Procuradora Elisabeth Salame da Silva;
203 Relator: Conselheiro Sérgio Leão; **Publicado no DOE nº 85, de 28.04.2017.** Cumprindo
204 dispositivo regimental, o Ministério Público ratificou seu posicionamento dos autos e manifestou-
205 se pela regularidade das contas, com ressalvas. A matéria foi colocada **em discussão**. O
206 Conselheiro Relator proferiu seu **VOTO**. A Presidência proclamou a **Decisão**: O Plenário, **à**
207 **unanimidade**, decidiu pela regularidade das contas, com ressalvas e aplicação de multas
208 (Acórdão nº30.512). Ausência, por ocasião da votação, dos Conselheiros Antonio José Guimarães
209 e José Carlos Araújo. Presidência da Conselheira Mara Lúcia. **Processo nº 353552011-00;**
210 **Secretaria Municipal de Educação de Irituia; Prestação de Contas – 2011;** Contas
211 Anuais de Gestão; Responsável: Gleice Antônio Almeida de Oliveira; Instrução: 1ª Controladoria;
212 Ministério Público: Procuradora Elisabeth Salame da Silva; Relator: Conselheiro Sérgio Leão;
213 **Publicado no DOE nº 85, de 28.04.2017.** Cumprindo dispositivo regimental, o Ministério
214 Público ratificou seu posicionamento dos autos e manifestou-se pela regularidade das contas,
215 com ressalvas. A matéria foi colocada **em discussão**. O Conselheiro Relator proferiu seu **VOTO**.
216 A Presidência proclamou a **Decisão**: O Plenário, **à unanimidade**, decidiu pela regularidade das
217 contas, com ressalvas, e aplicação de multas (Acórdão nº 30.513). Ausência, por ocasião da
218 votação, dos Conselheiros Antonio José Guimarães. Presidência da Conselheira Mara Lúcia.
219 **Processo nº 874022012-00; SAEX - Serviço Autônomo de Água e Esgoto de Xinguará;**
220 **Prestação de Contas – 2012;** Contas Anuais de Gestão; Responsável: Vicente Luiz Ribeiro
221 (01/01 a 31/03) e Marcílio de Moura Machado (01/04 a 31/12); Instrução: 1ª Controladoria;
222 Ministério Público: Procuradora Elisabeth Salame da Silva; Relator: Conselheiro Sérgio Leão;
223 **Publicado no DOE nº 85, de 28.04.2017.** Cumprindo dispositivo regimental, o Ministério
224 Público ratificou seu posicionamento dos autos e manifestou-se pela irregularidade das contas,
225 com aplicação de multas e encaminhamento de cópia dos autos ao Ministério Público Estadual. A
226 matéria foi colocada **em discussão**. O Conselheiro Relator proferiu seu **VOTO**. A Presidência
227 proclamou a **Decisão**: O Plenário, **à unanimidade**, decidiu pela irregularidade das contas, com
228 aplicação de multas, e o encaminhamento de cópia dos autos ao Ministério Público Estadual.
229 (Acórdão nº 30.514). Ausência, por ocasião da votação, do Conselheiro Antonio José Guimarães.
230 Presidência da Conselheira Mara Lúcia. **Processo nº 201021661-00; Fundação de**
231 **Assistência a Criança e Adolescente de Marabá; Prestação de Contas – 2010;** Contas
232 Anuais de Gestão; Convênio S/N, Firmado com a Prefeitura Municipal; Responsável: Márcia Paz
233 Costa; Instrução: 5ª Controladoria; Ministério Público: Procuradora Geral Maria Regina Cunha;
234 Relator: Conselheiro Substituto Sérgio Franco Dantas (Redistribuído Por Delegação Do



235 Conselheiro Daniel Lavareda De Acordo Com A Resolução Administrativa Nº 07/2017); **Publicado**
236 **no DOE nº 85, de 28.04.2017.** Retirado de Pauta. **Processo nº 693982009-00; Fundo**
237 **Municipal de Saúde de Santa Maria do Pará; Prestação de Contas – 2009;** Contas Anuais
238 de Gestão; Responsável: Breno Henry Oliveira dos Santos; Instrução: 5ª Controladoria; Ministério
239 Público: Procuradora Maria Inez Gueiros; Relator: Conselheiro Substituto Sérgio Franco Dantas
240 (Redistribuído Conselheiro Daniel Lavareda); Advogado/Contador: Sérgio Roberto Rodrigues Lima
241 - CRC-PA 2075; **Publicado no DOE nº 85, de 28.04.2017.** Retirado de Pauta. **Processo nº**
242 **144622004-00; Escola Bosque Professor Eidorfe Moreira de Belém; Prestação de**
243 **Contas – 2004;** Contas Anuais de Gestão; Responsável: Luciene das Graças Miranda Medeiros;
244 Instrução: 7ª Controladoria; Ministério Público: Procuradora Elisabeth Salame da Silva; Relator:
245 Conselheiro José Carlos Araújo; **Publicado no DOE nº 85, de 28.04.2017.** Retirado de Pauta.
246 **Processo nº 144622011-00; Escola Bosque Prof. Eidorfe Moreira de Belém; Prestação**
247 **de Contas – 2011;** Contas Anuais de Gestão; Responsável: Elton de Barros Braga; Instrução: 2ª
248 Controladoria; Ministério Público: Procuradora Maria Inez Gueiros; Relator: Conselheiro Cezar
249 Colares; Advogado/Contador: Nelcy Silva Quinto - CRC/PA 4.187; **Publicado no DOE nº 85, de**
250 **28.04.2017.** Cumprindo dispositivo regimental, o Ministério Público ratificou seu posicionamento
251 dos autos e manifestou-se pela irregularidade das contas. A matéria foi colocada **em discussão.**
252 O Conselheiro Relator proferiu seu **VOTO.** A Presidência proclamou a **Decisão:** O Plenário, **à**
253 **unanimidade,** decidiu pela irregularidade das contas, com aplicação de multas (Acórdão nº
254 30.515). Ausências, por ocasião da votação, do Conselheiro José Carlos Araújo, da Conselheira
255 Mara Lúcia, e do Conselheiro Antônio José Guimarães. Presidência do Conselheiro Aloisio Chaves.
256 **Processo nº 201610275-00; Prefeitura Municipal de Nova Timboteua; Denúncia**
257 **Externa – 2016;** Juízo de Admissibilidade; Denunciante: Patrícia Ruffeil Maués Alves;
258 Denunciado: Luiz Carlos Castro – Prefeito; Instrução: 5ª Controladoria; Relator: Conselheiro
259 Substituto Sérgio Franco Dantas (Redistribuído Por Delegação Do Conselheiro Daniel Lavareda De
260 Acordo Com A Resolução Administrativa Nº 07/2017); **Publicado no DOE nº 85, de**
261 **28.04.2017.** Retirado de Pauta. **Processo nº 820012010-00 (201405238-00); Prefeitura**
262 **Municipal de Soure; Recurso – 2010;** Ordinário (201405238-00) Resolução Nº 11.312/2013;
263 Contas Anuais de Governo; Recorrente: João Luiz Oliveira Souza Melo; Instrução: 3ª
264 Controladoria; Ministério Público: Procuradora Elisabeth Salame da Silva; Relatora: Conselheira
265 Mara Lúcia; Advogado/Contador: Hugo Cesar de Miranda Cintra (OAB/PA 10.265); **Publicado no**
266 **DOE nº 85, de 28.04.2017.** Cumprindo dispositivo regimental, o Ministério Público ratificou seu
267 posicionamento dos autos e manifestou-se pela emissão de provimento parcial, mantendo a
268 decisão. A matéria foi colocada **em discussão.** A Conselheira Relatora proferiu seu **VOTO:** "*Por*
269 *todo exposto, do provimento parcial, ao Recurso Ordinário, nos termos e fundamentos indicados,*
270 *mantendo-se, assim, inalterada a decisão contida na Resolução nº 13.312/2013/TCM-PA, quanto*
271 *à emissão de parecer prévio recomendando, à Câmara Municipal, a não aprovação da presente*
272 *prestação de contas da Prefeitura Municipal de Soure, exercício de 2010, sob a responsabilidade*
273 *do Sr. João Luiz de Oliveira Souza Melo, nos termos do presente relatório e voto. Aplicando-lhe*



274 multa, de R\$ 2.500,00 (dois mil e quinhentos reais), que corresponde a 772,46 UPF-PA
275 (setecentos e setenta e dois vírgula quarenta e seis), pelo descumprimento do art. 29-A, inciso I,
276 da CF/98, nos termos do art. 120-A, II, do RI/TCM/Pa, e determinando, por fim, o
277 encaminhamento de fotocópia dos autos, ao Ministério Público Estadual e a Câmara Municipal,
278 nos termos da pretérita decisão". **Em votação:** O Conselheiro José Carlos Araújo acompanhou a
279 Relatora na íntegra, o Conselheiro Cezar Colares pediu Vista dos autos. O Conselheiro Sérgio Leão
280 e os Conselheiros Substitutos Alexandre Cunha, e Adriana Oliveira decidiram aguardar a
281 manifestação do Voto de Vista (Resolução nº 11.312). Ausência do Conselheiro Antônio José
282 Guimarães. Presidência do Conselheiro Aloisio Chaves. **Processo nº 820012010-00**
283 **(201405239-00); Prefeitura Municipal de Soure; Recurso – 2010;** Ordinário (201405239-
284 00), Acórdão Nº 24.419/2013; Contas Anuais de Gestão; Recorrente: João Luiz Oliveira Souza
285 Melo; Instrução: 3ª Controladoria; Ministério Público: Procuradora Elisabeth Salame da Silva;
286 Relatora: Conselheira Mara Lúcia; Advogado/Contador: Hugo Cesar de Miranda Cintra (OAB-PA
287 10.265); **Publicado no DOE nº 85, de 28.04.2017.** Cumprindo dispositivo regimental, o
288 Ministério Público ratificou seu posicionamento dos autos e manifestou-se pelo conhecimento e
289 provimento parcial do Recurso, e manutenção da decisão recorrida. A matéria foi colocada **em**
290 **discussão.** A Conselheira Relatora proferiu seu **VOTO.** A Presidência proclamou a **Decisão:** O
291 Plenário, **à unanimidade,** decidiu pelo conhecimento, provimento parcial do Recurso, e
292 manutenção da decisão recorrida (Acórdão nº 30.516). Ausências, por ocasião da votação, dos
293 Conselheiros Antônio José Guimarães e José Carlos Araújo. Presidência do Conselheiro Aloisio
294 Chaves. **Processo nº 201516025-00 (1040012007-00); Prefeitura Municipal de**
295 **Tailândia; Recurso – 2007** Ordinário Contra a Decisão da Resolução Nº 11.783/2015;
296 Recorrente: Paulo Liberte Jasper; Instrução: 4ª Controladoria; Ministério Público: Procuradora
297 Geral Maria Regina Cunha; Relator: Conselheiro Antonio José Guimarães; Advogado/Contador:
298 Mailton M. Silva Ferreira; **Publicado no DOE nº 85, de 28.04.2017.** Retirado de Pauta.
299 **Processo nº 201514971-00 (214292007-00); Fundo Municipal de Educação e FUNDEB**
300 **de Cametá; Recurso – 2007** Ordinário Contra a Decisão Objeto do Acórdão Nº 27.033, de
301 23.06.15; Recorrente: José Wandoli Filgueira Valente; Instrução: 4ª Controladoria; Ministério
302 Público: Procuradora Elisabeth Salame da Silva; Relator: Conselheiro Antonio José Guimarães;
303 **Publicado no DOE nº 85, de 28.04.2017.** Cumprindo dispositivo regimental, o Ministério
304 Público ratificou seu posicionamento dos autos e manifestou-se pelo conhecimento e não
305 provimento do Recurso. A matéria foi colocada **em discussão.** O Conselheiro Relator proferiu
306 seu **VOTO.** A Presidência proclamou a **Decisão:** O Plenário, **à unanimidade,** decidiu pelo
307 conhecimento e não provimento do Recurso (Acórdão nº 30.517). Ausência, por ocasião da
308 votação, do Conselheiro José Carlos Araújo. Presidência da Conselheira Mara Lúcia. **Processo nº**
309 **201609750-00; Instituto de Previdência do Município - ALTAPREV de Altamira;**
310 **Pensão Portaria Nº 046/2016,** De 01/05/16, Pensão por Morte do Servidor Ativo Sr. Rui
311 Vicente dos Anjos; Interessado: Angelina do Rosário Menezes dos Anjos (Esposa); Ministério
312 Público: Procuradora Geral Maria Regina Cunha; Relator: Conselheiro Substituto Sérgio Franco



313 Dantas (Redistribuído Por Delegação Do Conselheiro Daniel Lavareda De Acordo Com A Resolução
314 Administrativa Nº 07/2017); Publicado no DOE nº 85, de 28.04.2017. Retirado de Pauta.
315 **MATÉRIA ADMINISTRATIVA. PALAVRA DOS CONSELHEIROS e MEMBRO DO**
316 **MINISTÉRIO PÚBLICO:** O Conselheiro Cezar pediu a palavra para registrar que os
317 Conselheiros estão acompanhando o andamento do Projeto de Emenda Constitucional de autoria
318 do Senador Eunício Oliveira, Presidente do Senado Federal, que considera os Tribunais de Contas
319 essenciais para o controle externo, no que está incluso o TCM-PA, sanando ameaças de extinção
320 movidos pelas Assembleias Legislativas, como ocorreu com o Tribunal de Contas dos Municípios
321 do Estado do Ceará. A matéria está em fase de apreciação pelo Senado. Outro assunto relevante
322 apresentado pelo Conselheiro Cezar Colares foi o pedido de intervenção promovido pelo
323 Procurador Geral da República, esta ação repercutiu e a ATRICON em conjunto com a AUDICON,
324 ingressaram com pedido de cautelar suspendendo a ação de intervenção. Por todo exposto, os
325 Conselheiros se posicionaram satisfeitos com as recentes ações da ATRICON em assegurar o bom
326 funcionamento dos Tribunais de Contas. **ENCERRADA** a presente Sessão, às dez horas e trinta
327 minutos da qual foi lavrada a presente Ata.
328 Secretaria Geral do Tribunal de Contas dos Municípios do Estado do Pará, em quatro de maio de
329 dois mil e dezessete.
330 Ata aprovada em Sessão Ordinária nº 042/2017, em vinte e sete de junho de dois mil e
331 dezessete.
332 Visto:

Jorge Antônio Cajango Pereira
Secretário Geral

Conselheira Vice Presidente **Mara Lúcia**
Presidente da Sessão

Conselheiro Ouvidor **Aloisio Chaves**
Presidente da Sessão